

12 — Os candidatos serão nomeados e ficam sujeitos a um período experimental de um ano, nos termos dos artigos 132.º e 138.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9/11, e do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2.

13 — Publicitação e informações:

13.1 — A relação dos candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final obedecem ao disposto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo ainda afixadas na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas (URHRP).

13.2 — São prestadas informações pelo telefone 218644888 (linha de concursos), no seguinte horário: das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.

14 — Formalização das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Director Nacional da Polícia Judiciária e entregue na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas (URHRP), Largo do Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa, pessoalmente, contra recibo, ou remetido pelo correio registado e com aviso de recepção.

14.1 — O requerimento deve ser apresentado em papel normalizado (branco ou de cor pálida, de formato A4), conforme a minuta seguinte:

Exmo. Senhor

Director Nacional da Polícia Judiciária

Procedimento concursal interno de ingresso para preenchimento de 16 postos de trabalho a distribuir pelos diversos serviços da Directoria do Norte (Porto), do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, da carreira de especialista auxiliar.

Nome:

Morada e código postal:

Telefone:

Data de nascimento:

Categoria:

Local de trabalho:

Requer a V. Ex.^a se digne admiti-lo(a) ao procedimento concursal interno de ingresso para preenchimento de 16 postos de trabalho do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, da carreira de especialista auxiliar, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º ... de .../.../...

Local e data.

Pede deferimento

(Assinatura)

14.2 — Qualquer alteração à morada, ocorrida durante o período de desenvolvimento do procedimento concursal, deve ser imediatamente comunicada à URHRP, Sector de Recrutamento.

14.3 — Os requerimentos de admissão ao procedimento deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- Certificado de habilitações literárias exigidas (por fotocópia simples), com menção da classificação final;
- Carta de condução (por fotocópia);
- Declaração, devidamente atualizada, emitida pelo serviço de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e natureza da relação jurídica de emprego público (vínculo), a categoria detida, a antiguidade na mesma e na carreira e na função pública;

14.4 — A não entrega dos documentos exigidos no número anterior do presente aviso, dentro do prazo para recepção das candidaturas, implica a exclusão do procedimento concursal.

14.5 — Em caso de dúvida assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

14.6 — Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação ou a entrega de documento falso implica a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

15 — Política de igualdade:

«Nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

16 — Constituição do júri:

Presidente — Rute Maria de Figueiredo Dixo, Chefe de Área.

Vogais efectivos:

Herculano Soares Rodrigues, Chefe de Sector.

Gustavo Jorge Farinha Lopes Alves, Chefe de Núcleo.

Vogais suplentes:

Adelina Rosa de Sousa Pinto, Chefe de Sector.

Fernando Joaquim Loureiro Vilas Boas, Chefe de Núcleo.

A Presidente do Júri é substituída, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Direcção Nacional da Polícia Judiciária, 20 de Outubro de 2010. — O Director Nacional-Adjunto, *Pedro do Carmo*.

203833441

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho n.º 16147/2010

Atento o pedido de atribuição da utilidade turística a título definitivo ao Vale d'Oliveiras, Spa Aparthotel, de 5 estrelas, sito no concelho de Lagoa, de que é requerente a sociedade Rio Laranja — Empreendimentos Turísticos, L.^{da};

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do Turismo de Portugal, I. P., que considera estarem reunidas as condições para a atribuição da utilidade turística a título definitivo ao empreendimento, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, atribuir utilidade turística a título definitivo ao Vale d'Oliveiras, Spa Aparthotel.

2 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, fixar a validade da utilidade turística em sete anos contados da data do alvará de autorização de utilização para fins turísticos (29 de Dezembro de 2008), ou seja, até 29 de Dezembro de 2015.

3 — Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de Fevereiro, determinar que a proprietária e exploradora do empreendimento fique isenta das taxas devidas à Inspeção-Geral das Actividades Culturais, pelo mesmo prazo fixado para a utilidade turística, caso as mesmas sejam ou venham a ser devidas.

4 — Nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, a utilidade turística fica sujeita ao cumprimento dos seguintes condicionamentos:

a) O empreendimento não poderá ser desclassificado;

b) A requerente deverá promover, até ao termo do segundo ano após a publicação do presente despacho, a realização de uma auditoria de qualidade de serviço, por uma entidade independente, cujo relatório deve remeter ao Turismo de Portugal, I. P. Caso a requerente disponha de um sistema de gestão de qualidade implementado no empreendimento, o relatório de auditoria pode ser substituído pela descrição detalhada do referido sistema, evidenciando, nomeadamente, a política de qualidade prosseguida, a monitorização e medição da satisfação do cliente e o tratamento das reclamações, a frequência e metodologia das auditorias internas e o envolvimento da gestão de topo;

c) Não poderão ser realizadas quaisquer obras que impliquem a alteração do empreendimento sem prévia comunicação ao Turismo de Portugal, I. P., para efeitos da verificação da manutenção da utilidade turística que agora se atribui, sem prejuízo de outros pareceres ou autorizações legalmente devidos por parte daquele organismo.

20 de Setembro de 2010. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

303727412

Secretaria-Geral

Aviso n.º 21465/2010

Para os efeitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que se procedeu, em 1 de Outubro de 2010, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e após ter sido obtida a confirmação de cabimento orçamental da DGO, com efeitos à mesma data, com Ana Maria Correia da Costa Lopes Claro, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14769/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 161, 2.ª série, de 20 de Agosto de 2009, para ocupação de um posto de tra-

balho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, ficando posicionada na 9.ª posição remuneratória, nível 42, da respectiva tabela remuneratória.

Lisboa, 18 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

203829254

Aviso n.º 21466/2010

Para os efeitos previstos na alínea *b)* do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que se procedeu, em 9 de Agosto de 2010, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e após ter sido obtida a confirmação de cabimento orçamental da DGO, com efeitos à mesma data, com Ana Paula da Silva Ramalho de Almeida, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14941/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 163, 2.ª série, de 24 de Agosto de 2009, para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, ficando posicionada na 9.ª posição remuneratória, nível 42, da respectiva tabela remuneratória.

Lisboa, 18 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

203829165

Aviso n.º 21467/2010

Para os efeitos previstos na alínea *b)* do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que se procedeu, em 9 de Agosto de 2010, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e após ter sido obtida a confirmação de cabimento orçamental da DGO, com efeitos à mesma data, com Carlos Maria Blasques Rosa Leal, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14941/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 163, 2.ª série, de 24 de Agosto de 2009, para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, ficando posicionado na 6.ª posição remuneratória, nível 31, da respectiva tabela remuneratória.

Lisboa, 18 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

203828996

Aviso n.º 21468/2010

Para os efeitos previstos na alínea *b)* do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que se procedeu, em 1 de Outubro de 2010, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e após ter sido obtida a confirmação de cabimento orçamental da DGO, com efeitos à mesma data, com Fernanda Maria de Almeida Figueiredo, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14942/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 163, 2.ª série, de 24 de Agosto de 2009, para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória, nível 15, da respectiva tabela remuneratória.

Lisboa, 18 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *A. Mira dos Santos*.

203833206

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 16148/2010

Por meu despacho de 09 de Setembro de 2010 foi homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de dois trabalhadores, com a categoria de Técnico Superior, para a celebração de CTFPTI para o preenchimento de dois postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Autoridade, para exercer funções na Divisão de Recursos Humanos e Expediente, publicitada através do Aviso n.º 18454/2010, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 183 de 20 de Setembro de 2010, tendo sido formalizado o recrutamento

dos candidatos seleccionados através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas.

Nestes termos, e dos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o RCTFP:

Foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de recrutamento através de procedimento concursal comum, com os trabalhadores infra discriminados, inseridos na carreira geral de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior, 4.ª posição remuneratória e 23.º nível remuneratório da tabela remuneratória única:

Márcio Figueiredo de Almeida
Ana Cristina Ferreira Fernandes Cardoso dos Reis

Lisboa, 24 de Setembro de 2010. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

203828136

**Instituto Financeiro
para o Desenvolvimento Regional, I. P.**

Aviso n.º 21469/2010

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro torna-se público que, na sequência da conclusão da 10.ª edição (2009-2010) do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA (Instituto Nacional de Administração, I. P.), foi celebrado contrato em funções públicas por tempo indeterminado, com a trabalhadora licenciada Arlete Santos da Cruz, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior e nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, com efeitos a 1 de Agosto de 2010, sujeito a período experimental de 180 dias, nos termos legais (n.º 2 da Cláusula 6.ª do ACT n.º 1/2009, de 28/09 e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 02/03).

7 de Outubro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Santos Soeiro*.

203832201

Turismo de Portugal, I. P.

Aviso n.º 21470/2010

Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de 7 (sete) postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal dos serviços centrais do Turismo de Portugal, I. P., publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 14, de 21 de Janeiro de 2010.

Nos termos e para efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública, após homologação, a lista unitária de ordenação final, das referências TS/EPE-CD/2009; TS/DQO-DCQ/2009; TS/DP-DIC/2009; TS/DRH/2009; TS/GJ/2009; TS/GF-DPCG/2009, do procedimento concursal em epígrafe, afixada no Departamento de Recursos Humanos do Turismo de Portugal, I. P., “edifício ARCIS”, sito na Rua Ivone Silva, n.º 6, R/C, 1050-124 Lisboa, e disponibilizada na página electrónica do Turismo de Portugal, I. P. (www.turismodeportugal.pt).

Referência concurso	Candidatos aprovados	Classificação final
TS/EPE-CD/2009	Maria João Robalo Silveira Gomes Rodrigues	16,88
TS/EPE-CD/2009	Paula Cristina Cordeiro Fernandes Silvestre	11,5
TS/DQO-DCQ/2009	Mónica Filipa Rocha Mónica	15,76
TS/DQO-DCQ/2009	Maria das Candeias Gabriel Andana Ferreira	13,5
TS/DQO-DCQ/2009	Carla Alexandra Leitão Nascimento	11,72
TS/DQO-DCQ/2009	Ana Raquel de Moura David	11,46
TS/DQO-DCQ/2009	Ana Rita Gonçalves das Neves Carvalho	11,46
TS/DP-DIC/2009	Ana Rita Alvarez Ravasco de Almeida Fernandes	14,9